



Companhia de Saneamento de Minas Gerais

Inscrição no CNPJ.MF nº 17.281.106/0001-03

COPASA

6 de 20

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA				DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO					
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)				Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)					
	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018		2019	2018	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais:									
Lucro líquido do exercício	754.374	578.700	754.374	578.700	RECEITAS	5.491.009	5.036.518	5.559.309	5.106.772
Ajustes para reconciliar o lucro líquido e o caixa líquido					Prestação de serviços de água e esgoto	5.162.436	4.593.750	5.198.511	4.623.568
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	187.636	252.768	189.701	255.902	Resíduos sólidos	2.213	2.510	2.213	2.510
Recuperação de contas baixadas	(56.775)	(145.221)	(58.457)	(147.313)	Outras receitas	105.917	196.135	109.083	198.484
Encargos e variações monetárias e cambiais, líquidas	43.650	71.635	43.650	71.635	Outras receitas operacionais	49.142	50.914	50.626	51.171
Receitas e despesas de juros, líquidos	148.644	159.642	148.298	159.642	Recuperação de contas baixadas	56.775	145.221	58.457	147.313
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(30.239)	(2.433)	(30.239)	(2.433)	Receitas relativas à constituição de ativos próprios	408.079	496.891	439.203	538.112
Resultado da equivalência patrimonial	12.772	12.998	-	-	Provisão para créditos de liquidação duvidosa / reversão	(187.636)	(252.768)	(189.701)	(255.902)
(Ganho)/perda na baixa de intangível e imobilizado	(2.347)	(6.726)	(2.330)	(6.726)	INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(1.769.823)	(1.735.007)	(1.827.726)	(1.798.644)
Depreciação e amortização	600.613	567.988	603.081	568.409	Custo dos serviços vendidos	(1.469.370)	(1.499.411)	(1.522.155)	(1.558.487)
Constituição de provisões	59.657	3.037	59.787	3.096	Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(125.209)	(137.240)	(128.911)	(140.204)
Provisão com benefícios de aposentadoria	56.089	50.380	56.089	50.380	Outras despesas operacionais	(175.244)	(98.356)	(176.660)	(99.953)
Ativos financeiros	(31.716)	-	(31.813)	-	VALOR ADICIONADO BRUTO	3.721.186	3.301.511	3.731.583	3.308.128
Provisão para perdas de estoque	21	-	(1.233)	-	DEPRECIACÃO E AMORTIZAÇÃO	(600.613)	(567.988)	(603.081)	(568.409)
Outros	(617)	-	(617)	-	VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO	3.120.573	2.733.523	3.128.502	2.739.719
Lucro ajustado	1.741.762	1.542.768	1.730.291	1.531.292	VALOR ADICIONADO RECEBIDO				
Variações no ativo					EM TRANSFERÊNCIA	107.968	108.691	121.837	122.933
Contas a receber de clientes	(190.727)	(129.675)	(191.347)	(130.207)	Resultado de equivalência patrimonial	(12.772)	(12.998)	-	-
Estoques	(10.296)	(2.810)	(10.512)	(3.471)	Receitas financeiras	120.740	121.689	121.837	122.933
Impostos a recuperar	(245)	(13.640)	365	(13.800)	VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	3.228.541	2.842.214	3.250.339	2.862.652
Bancos e aplicações de convênios	-	15.105	-	15.215	DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Caução em garantia de financiamentos	-	1.016	-	1.016	Pessoal	1.219.543	1.123.539	1.235.464	1.138.671
Aplicações de títulos val. mobiliários/aplic. financ. vinculada	-	(1.373)	-	(1.373)	Remuneração direta	777.579	698.531	788.619	709.069
Outros ativos financeiros	-	(10.507)	-	(10.507)	Benefícios	334.401	330.288	338.505	334.115
Adiantamento Repasse tarifário	(7.195)	(35.181)	(7.195)	(35.181)	FGTS	59.664	57.807	60.441	58.574
Convênio de cooperação técnica	73.077	-	74.682	-	Participação dos empregados nos lucros	47.899	36.913	47.899	36.913
Outros	(3.996)	(30.741)	(29.595)	-	Impostos, taxas e contribuições	929.267	731.086	934.907	736.169
Variações no passivo					Federais	884.521	690.590	889.426	695.020
Fornecedores	(18.652)	(839)	(24.018)	2.215	Estaduais	42.506	38.246	43.241	38.897
Impostos, taxas, contribuições e obrigações sociais	326.166	176.323	325.904	176.130	Municipais	2.240	2.250	2.240	2.252
Provisões para férias e 13º salário	614	4.042	768	4.097	Remuneração de capitais de terceiros	325.357	408.889	325.594	409.112
Participação dos empregados nos lucros	28.576	(7.894)	28.576	(7.894)	Juros e atualização monetária	300.072	344.134	300.079	344.135
Convênio de cooperação técnica	6.494	(29.149)	6.494	(29.620)	Aluguéis	25.285	50.400	25.515	50.622
Contingências	2.781	(7.332)	2.848	(6.898)	Outras	-	14.355	-	14.355
Obrigações de benefícios de aposentadoria	(45.664)	(42.775)	(45.664)	(42.775)	Remuneração de capitais próprios	754.374	578.700	754.374	578.700
Energia elétrica / Outros	36.923	12.832	37.445	12.965	Juros sobre o capital próprio	210.587	274.883	210.587	274.883
Pagamento de passivo atuarial	(26.403)	(25.730)	(26.403)	(25.730)	Lucro retido	543.787	303.817	543.787	303.817
Pagamento de parcelamento de impostos	(80.048)	(72.701)	(80.048)	(72.701)					
Caixa utilizado nas atividades operacionais	91.405	(201.029)	86.133	(198.114)					
Pagamento de IR/CSLL	(331.562)	(185.475)	(331.562)	(185.475)					
Juros pagos	(236.945)	(214.554)	(236.946)	(214.554)					
Juros pagos da Parceria Público Privada	(7.983)	(19.685)	(7.983)	(19.685)					
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	1.256.677	922.025	1.239.933	913.464					
Fluxo de caixa nas atividades de investimento:									
Pagamento a Parceria Público Privado	(64.427)	(48.071)	(64.427)	(48.071)					
Aumento de capital de subsidiária (COPANOR)	(42.122)	(55.568)	-	-					
Valor recebido pela venda de imobilizado	5.990	9.585	5.990	9.585					
Aquisição de Ativos de Contrato	(435.625)	-	(468.413)	-					
Aquisição de Ativos Intangíveis	(210.730)	(633.053)	(216.060)	(678.941)					
Aquisição de Ativos Imobilizados	(33.191)	(14.644)	(33.414)	(15.195)					
Aplicações financeiras	161.349	(160.000)	161.349	(160.000)					
Caução em garantia de financiamentos	15.784	-	15.784	-					
Bancos e aplicações de convênios	(12.142)	-	(12.154)	-					
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(615.114)	(901.751)	(611.345)	(892.622)					
Fluxo de caixa nas atividades de financiamento:									
Ingresso de empréstimos, financiamentos e debêntures	315.154	1.207.112	315.154	1.207.112					
Amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures	(572.944)	(883.542)	(572.944)	(883.542)					
Juros sobre o capital próprio pagos	(134.730)	(163.566)	(134.730)	(163.566)					
Dividendos pagos	-	(279.970)	-	(279.970)					
Custo captação	(1.480)	(8.363)	(1.480)	(8.363)					
Baixa de passivo por arrendamento	(23.777)	-	(23.812)	-					
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	(417.777)	(128.329)	(417.812)	(128.329)					
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	223.786	(108.055)	210.776	(107.487)					
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	297.518	405.573	313.371	420.858					
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	521.304	297.518	524.147	313.371					

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

01. Contexto Operacional

A Companhia de Saneamento de Minas Gerais, denominada "COPASA MG", "COPASA", "Controladora" ou "Companhia", com sede na cidade de Belo Horizonte, à Rua Mar de Espanha, 525, Bairro Santo Antônio, é uma sociedade de economia mista, de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado de Minas Gerais. Seu objetivo é planejar, projetar, executar, ampliar, remodelar, administrar e explorar serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, podendo atuar no Brasil e no exterior.

O Conselho de Administração autorizou a emissão das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2019, da Controladora e Consolidadas, em 19 de março de 2020 e recomendou a sua aprovação à Assembleia Geral Ordinária.

A COPASA possui 100% de participação societária na subsidiária COPASA Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S/A ("COPANOR", "Subsidiária", "Controlada"), criada pela Lei Estadual nº 16.698, de 17 de abril de 2007, com o objetivo de: planejar, projetar, executar, ampliar, remodelar, explorar e prestar serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário; coleta, reciclagem, tratamento e disposição final do lixo urbano, doméstico e industrial; drenagem e manejo das águas pluviais urbanas em localidades da região de planejamento do Norte de Minas e das Bacias Hidrográficas dos Rios Jequitinhonha, Mucuri, São Mateus, Buranhém, Itanhém e Jucuruçu.

02. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

As Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora e Consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais do Grupo no qual o CPC 06(R2)/IFRS 16 - Arrendamentos foram aplicados. As mudanças relacionadas nas principais políticas contábeis estão descritas na Nota Explicativa 3.1.

2.1 Reapresentação de informações comparativas

Ativo de contrato

Quando a Companhia conclui a performance por meio da transferência de bens ou serviços ao cliente antes do pagamento da contraprestação ou antes que o pagamento seja devido, a Companhia deve apresentar este direito como ativo de contrato.

Os contratos de concessão e contratos de programa de abastecimento de água e esgotamento sanitário preveem que parte dos investimentos efetuados pelo concessionário seja remunerada pelos usuários do serviço público e a outra parte seja indenizada pelo Poder Concedente ao final da concessão. Esse modelo prevê o reconhecimento de ativo financeiro, ativo de contrato no período da construção e de ativo intangível.

Com a entrada em vigor, em 1º de janeiro de 2018, do CPC 47/IFRS 15 - receita e a revisão do ICPC 01/IFRIC 12 - Contratos de Concessão, notadamente o parágrafo 19 do IFRIC 12, a Companhia deveria ter classificado como ativo de contrato, no ativo de longo prazo, as obras anteriormente registradas como ativo intangível em curso referente aos contratos de concessão e contratos de programa de abastecimento de água e esgotamento sanitário durante o período de construção.

Conseqüentemente, os ativos de contrato foram apresentados na rubrica de ativo intangível. A reclassificação foi realizada pela reapresentação dos valores correspondentes nos exercícios anteriores afetados.

A seguir a Companhia representa as informações a fim de permitir análise comparativa.

	Saldo originalmente divulgado	Reclassificação (não auditado)	Saldo reapresentado (não auditado)
Controladora			
Saldos em 1º de janeiro de 2018			
Ativo intangível	6.097.405	(981.697)	5.115.708
Ativo de contrato	-	981.697	981.697
Saldos em 31 de dezembro 2018			
Ativo intangível	6.336.014	(1.147.522)	5.188.492
Ativo de contrato	-	1.147.522	1.147.522
Consolidado			
Saldos em 1º de janeiro de 2018			
Ativo intangível	6.135.235	(1.019.527)	5.115.708
Ativo de contrato	-	1.019.527	1.019.527
Saldos em 31 de dezembro 2018			
Ativo intangível	6.419.348	(1.198.262)	5.221.086
Ativo de contrato	-	1.198.262	1.198.262

Esta reclassificação, no montante de R\$981.697 (Consolidado de R\$1.019.527) em 1º de janeiro de 2018 e R\$1.147.522 (R\$1.198.262 Consolidado) em 31 de dezembro de 2018, não afetou os *covenants* (índices financeiros) de empréstimos, financiamentos e debêntures, a liquidez, a posição patrimonial, a demonstração do resultado, a demonstração do resultado abrangente, as demonstrações dos fluxos de caixa e a distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio da Companhia.

03. Resumo das Principais Políticas Contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas Demonstrações Financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

3.1. Mudança nas principais políticas contábeis

IFRS 16/CPC 06(R2) - Arrendamentos:

A Companhia aplicou inicialmente o CPC 06(R2)/IFRS 16 a partir de 1º de janeiro de 2019. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia.

A Companhia adotou o CPC 06(R2)/IFRS 16 utilizando a abordagem retrospectiva modificada, na qual o efeito cumulativo da aplicação inicial é reconhecido no saldo de abertura em 1º de janeiro de 2019. Conseqüentemente, as informações comparativas apresentadas para 2018 não estão reapresentadas - ou seja, são apresentadas, conforme reportado anteriormente, de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17 e interpretações relacionadas. Os detalhes das mudanças nas políticas contábeis estão divulgados abaixo. Além disso, os requerimentos de divulgação no CPC 06(R2)/IFRS 16 em geral não foram aplicados a informações comparativas.

(a) Definição de arrendamento

Anteriormente, a Companhia determinava, no início do contrato, se ele era ou continha um arrendamento conforme o ICPC 03/IFRIC 4 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A Companhia agora avalia se um contrato é ou contém um arrendamento com base na definição de arrendamento, descrita na Nota Explicativa 3.1.

Na transição para o CPC 06(R2)/IFRS 16, a Companhia escolheu aplicar o expediente prático com relação à definição de arrendamento, que avalia quais transações são arrendamentos. A Companhia aplicou o CPC 06(R2)/IFRS 16 apenas a contratos previamente identificados como arrendamentos. Os contratos que não foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17 e ICPC 03/IFRIC 4 não foram reavaliados quanto à existência de um arrendamento de acordo com o CPC 06(R2)/IFRS 16. Portanto, a definição de um arrendamento conforme o CPC 06(R2)/IFRS 16 foi aplicada apenas a contratos firmados ou alterados em ou após 1º de janeiro 2019.

(b) Como arrendatária

Como arrendatária, a Companhia arrenda diversos ativos, incluindo imóveis, veículos, máquinas e equipamentos. A Companhia classificava anteriormente os arrendamentos como operacionais ou financeiros, com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferia significativamente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente a Companhia. De acordo com o CPC 06(R2)/IFRS 16, a Companhia reconhece ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para a maioria desses arrendamentos - ou seja, esses arrendamentos estão no balanço patrimonial.

O contrato é, ou contém, um arrendamento se ele transmite o direito de controlar o uso de ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. A entidade deve determinar o prazo do arrendamento como o prazo não cancelável do arrendamento, juntamente com períodos cobertos por opção de prorrogar o arrendamento, se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção; e períodos cobertos por opção de rescindir o arrendamento, se o arrendatário estiver razoavelmente certo de não exercer essa opção.

Ao avaliar se está razoavelmente certa de exercer a opção de prorrogar o arrendamento ou de não exercer a opção para rescindir o arrendamento, a Companhia considerou todos os fatos e circunstâncias relevantes, que criam incentivo econômico para o arrendatário exercer a opção de prorrogar o arrendamento ou de não exercer a opção de rescindir o arrendamento.

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seu preço individual.